

AS QUESTÕES DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO: O PAPEL DO ESTADO NA ATENÇÃO AOS SURDOS

JAIRO ALANO DE BITTENCOURT

Universidade Católica de Brasília
jairo@ucb.br

TANITA PÊCEGO DOS SANTOS

Universidade Católica de Brasília
tntsantos61@gmail.com

FERNANDO ANTÔNIO VIEIRA CHAVES

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA
fchaves@ucb.br

SIEGRID GUILLAUMON

Universidade Católica de Brasília
ziggybahia@yahoo.com.br

JOSE MARIA DE OLIVEIRA

Universidade Católica de Brasília
jmoliveira@ucb.br

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AS QUESTÕES DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO: O PAPEL DO ESTADO NA ATENÇÃO AOS SURDOS

RESUMO

Esta pesquisa empírica teve como objetivo analisar o papel do Estado nas questões de acessibilidade aos surdos em ambientes públicos do Distrito Federal, visando eliminar barreiras existentes na comunicação desses e seus ouvintes, de modo a proporcionar a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho e no ambiente social onde vivam. A discussão do tema traz um alinhamento entre as obrigações legais do Estado e a percepção dos surdos em relação ao cumprimento dessas leis. Foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com um representante do governo do Distrito Federal e um representante da Associação de Surdos. Pela análise de conteúdo das entrevistas e a pesquisa de campo na forma de questionário fechado com os surdos constatou-se que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) constatou-se que é fundamental para se alcançar a efetiva acessibilidade dessas demanda específica da população, no entanto, a falta de intérpretes e de conhecimento dos ouvintes em relação a LIBRAS resulta na segregação dessas pessoas por conta dessa barreira na comunicação. Depreende-se que é dever do Estado preparar a população, incentivar a formação de intérpretes e adequar os ambientes públicos para o acesso e participação no mercado de trabalho dessas pessoas.

Palavras-chave: Acessibilidade aos surdos. Língua Brasileira de Sinais. Inclusão social.

ABSTRACT

This empirical research had the objective to analyze the role of the state in providing access conditions to the deaf in public places in the Distrito Federal aiming to eliminate communication barriers between deaf people and listeners. The discussion of the subject brings an alignment between the State's legal obligations and the perception of deaf people in relation to the fulfillment of these laws. Two semi-structured interviews were performed with a government's representative of the Distrito Federal and with a Association of the Deaf's representative. Based on content analysis of the interviews and on the fieldwork in form of a closed questionnaire done with deaf people noticed that the Brazilian Sign Language (LIBRAS) is essential to achieve effective accessibility this specific demand of the population, however, the lack of interpreters and knowledge of listeners in relation to LIBRAS results in the segregation of these people because of this communication barrier. It is duty of the State to prepare the population, encourage the formation of interpreters and to adapt the public environments to access and permanence of these people.

Key-words: Accessibility to the deaf. Brazilian Sign Language. Social inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão e acessibilidade de pessoas com qualquer tipo de deficiência é um grande desafio para a Administração Pública. Apesar de a legislação brasileira ser reconhecida pela qualidade da abrangência, na prática o que se observa é a falta de equipamentos públicos e pessoal qualificado para o atendimento das necessidades desse público.

Dentre essas pessoas, há o problema dos surdos que enfrentam problemas de toda ordem no dia-a-dia. A lei 10.098/2000 defende o direito desses surdos, de ter livre acesso a espaços públicos sem nenhum tipo de barreira que impossibilite sua comunicação. Entretanto, pressupõe-se que o próprio poder público não a cumpre totalmente. (BRASIL, 2000)

Quanto a isso a pesquisa abordou o problema questionando quais as condições de acessibilidade para o acesso, ingresso e permanência dos surdos nos espaços públicos do Distrito Federal, pois é de extrema importância poderem se comunicar livremente em Libras e expandir esta língua para os ouvintes, possibilitando integrar-se totalmente a sociedade.

Nesse sentido, a escolha do tema se deu por meio de um desafio pessoal da autora em aprender Libras para atender um grupo de surdos no local onde fazia estágio. A princípio teve a reação de ignorá-los por não dominar a Língua de Sinais, mas logo percebeu, como futura administradora que teria a necessidade de prestar atendimento a qualquer pessoa, independente de suas limitações.

O objetivo geral foi identificar as políticas e ações para a acessibilidade dos surdos nos espaços públicos do Distrito Federal e no mercado de trabalho. Como objetivos específicos, foi necessário identificar as principais barreiras para o acesso, ingresso e permanência dos surdos nos espaços públicos do Distrito Federal, levantar quais os principais instrumentos utilizados para a comunicação com os surdos e identificar as principais políticas e capacitação de agentes públicos para o atendimento aos surdos.

Dentro desse contexto, esta pesquisa está organizada da seguinte maneira: na primeira seção, a introdução, acima mencionada; na segunda seção, o referencial teórico que embasou o trabalho quanto às questões da surdez, o papel do governo fundamentado em legislações e normas vigentes e suas políticas e ações voltadas para as Pessoas com Deficiência (PCD); na terceira seção, a descrição da metodologia empregada; na quarta seção os resultados e discussão e por fim na quinta seção as considerações finais.

Os resultados obtidos por meio do questionamento aos surdos apontaram que, os dados psicossociais estão interligados pela vertente da oportunidade de inserção, refletindo em baixos níveis de escolaridade, menor oportunidade de emprego e baixa renda. A falta de intérpretes nos órgãos públicos, a desqualificação dos agentes públicos e a falta de informação quanto aos programas e ações do governo causam na segregação dos surdos e pouco acesso às políticas públicas.

Portanto, esta pesquisa entende-se como relevante, pois teve como alvo verificar as políticas públicas voltadas para a inclusão e autonomia dos surdos e quais são as condições de acessibilidade, visando o bem-estar e a qualidade de vida dessas pessoas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: QUAIS SÃO OS SEUS DIREITOS?

“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. (BRASÍLIA, 2011)

O último censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que no Brasil, o número de Pessoas com Deficiência (PCD) era de 45.606.048, ou seja, 23,9% da população total têm algum tipo de deficiência - visual, auditiva, física ou intelectual. Dentre os quais 26,5% são mulheres e 21,2% são homens. (IBGE, 2010)

Segundo Oliveira (2012) informa na Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência a maior ocorrência entre as deficiências é a Visual com 18,6% da população investigada. O segundo maior número de casos é de deficiência motora registrando 7%, seguido da deficiência auditiva com 5,10% e a deficiência intelectual como 4ª colocada com 1,40%.

Dentre esses dados, o Rio Grande do Norte e a Paraíba registram as maiores incidências, com taxas de 27,76% e 27,58% respectivamente, superando os índices da média nacional de 23,9%. O Distrito Federal e o Estado de São Paulo registraram as menores incidências com 22,3% e 22,6%, respectivamente.

Estes dados confirmam a tese de que a deficiência tem forte ligação com a pobreza e que os programas de combate à pobreza também resultam na melhora da qualidade de vida das PCD. Como se observa, as regiões mais pobres são as que apresentam um índice mais alto de PCD, necessitando de uma atenção maior das autoridades, pois os resultados obtidos são reflexos das condições de vida oferecidos pelas regiões brasileiras. (OLIVEIRA, 2012)

2.2 QUEM É O SUJEITO SURDO?

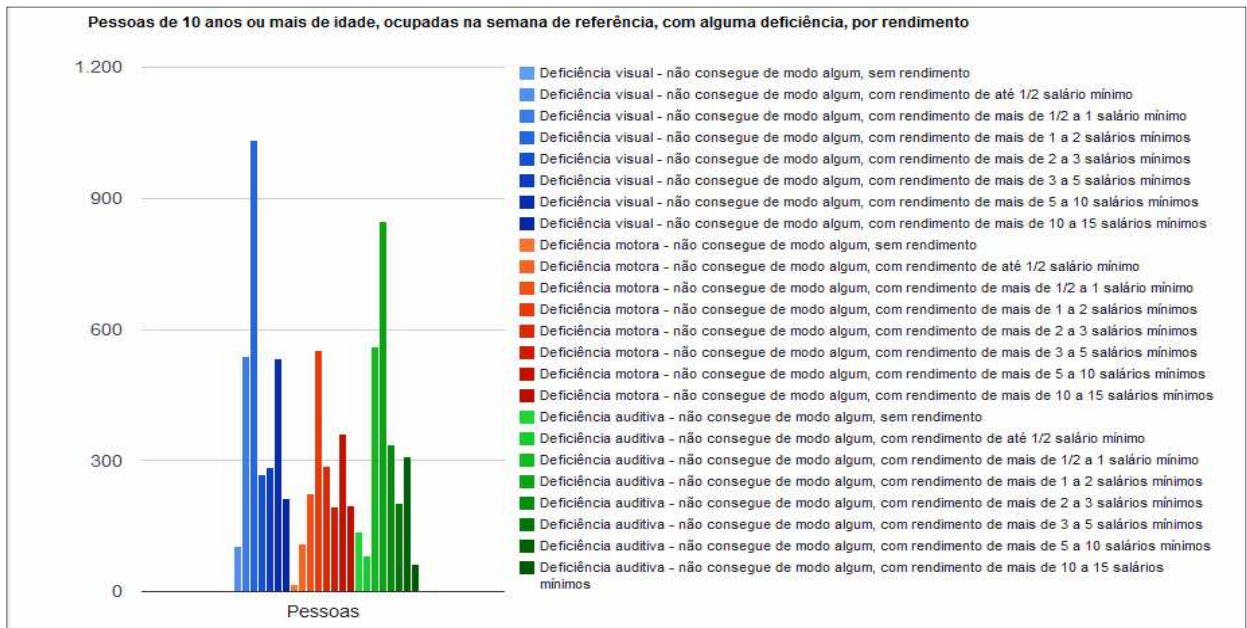
Para estudiosos da surdez, os sujeitos surdos são dotados de uma cultura própria que abrange não somente a língua, mas ideias, crenças e hábitos específicos. Também comentam a busca por soluções, na luta dos movimentos surdos pelo direito de serem diferentes no que tange as questões sociais, políticas e econômicas que envolvem seu dia-a-dia. Quanto a isso, esclarecem a ignorância e indiferença dos ouvintes em relação à surdez, por não terem a visão completa de toda a sua história e dos desafios linguísticos que os surdos enfrentam. (STROBEL, 2009; PERLIN; MIRANDA, 1998; SACKS, 2008).

Ferraz (2009, p. 48) é surdo de nascença e demonstra sua revolta em relação aos dirigentes públicos “por falta de acessibilidade, falta de intérprete, intérpretes fracos, escola “inclusiva”, falta de escola de Surdos pública”. Também comenta a “cegueira dos dirigentes públicos que continuam a não discutir com os Surdos sobre o que é melhor para eles”.

Além do intérprete, a Norma NBR 15599 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) classifica outros recursos e ferramentas para a comunicação visual: a Central de Atendimento ao Surdo (CAS), imagens, internet, webcam, Libras - em campo reduzido e escrito, sinalização luminosa de alerta e alarme, telefone para surdo (TS), sistema de intermediação surdo-ouvinte. (ABNT, 2008)

Dessa forma, vale ressaltar o crescimento dessa população, que no ano 2000 eram de 166.400 mil (IBGE, 2000) e em 2010 subiu para 9,7 milhões de pessoas (IBGE, 2010). De acordo com Oliveira (2012) a deficiência auditiva é maior entre os homens com 5,3% e mulheres 4,9%. Considerando o fator renda, da população com Surdez Profunda do Distrito Federal, os dados do IBGE, apresentados na Figura 01, comprovam novamente a maior predominância da deficiência em pessoas de baixa renda.

Figura 01 – Distribuição das PCD do Distrito Federal, por rendimento.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

2.3 ACESSIBILIDADE: QUAL É O PAPEL DO ESTADO?

Acessibilidade é definida no Artigo 2º, inciso I, da Lei 10.098/2000, como a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”. (BRASIL, 2000)

A legislação brasileira de uma forma geral dispõe de diversas leis e normas para promover e regulamentar a acessibilidade das PCD. Para melhor entender a questão da comunicação, a ABNT NBR 15599 -3.2 (2008, p. 02) define barreiras à comunicação sendo, qualquer entrave ou obstáculo que de algum modo dificulte ou impossibilite a comunicação ou o recebimento dela, ou até mesmo o acesso à informação.

Para melhor percepção dos surdos, é necessário o uso de sinalização visível, como exposto na Figura 02, indicando que o local possibilita o acesso, circulação e utilização dos surdos, dada de forma obrigatória por meio do “Símbolo Internacional de Surdez” como dispõem os Artigos 1º e 2º da Lei 8.160/91. (BRASIL, 1991-a)

Figura 02 – Símbolo Internacional de Surdez



a) Branco sobre fundo azul



b) Branco sobre fundo preto



c) Preto sobre fundo branco

Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas (2008)

Atualmente, o Ministério da Justiça é o órgão superior que coordena todas as ações relacionadas às PCD, estabelecido pelo Artigo 14 do Decreto nº 3.298/99. Todos os demais

ministérios, secretarias e órgãos vinculados ao governo que trabalham pelas causas dos deficientes estão submetidos a ele. (BRASIL, 1999)

Cabe a esse órgão, assegurar a essas pessoas o pleno exercício de seus direitos básicos como: atenção à saúde na identificação e intervenção precoce de doenças que causam a surdez e atendimento apropriado nas unidades de saúde. O acesso à educação regular com intérprete, a ampliação das Escolas Bilíngues que ensinam Libras como primeira língua e o português escrito. No entanto, a falta do intérprete ou de escolas especiais resulta na evasão escolar dos surdos por falta de incentivo e pela dificuldade na aprendizagem.

Outro fator relevante é o acesso ao mercado de trabalho, por meio da Lei de Cotas nº 8.213/91 (BRASIL, 1991-b) e de cursos profissionalizantes. No entanto, incentivar não é o suficiente, deve haver fiscalização para assegurar que as instalações estejam adequadas aos surdos, com alarmes e sinalizadores luminosos, tecnologia de comunicação em Libras, se possível ter o auxílio do intérprete, e o principal, que os demais colaboradores sejam inseridos nesse processo, aprendendo Libras para se comunicar com esse profissional surdo.

Também é importante que os agentes públicos estejam qualificados a atender estes cidadãos, de acordo com suas limitações específicas como forma de facilitar seu acesso e permanência, como disposto no Decreto nº 3.298/99, Artigo 7º inciso IV da “formação de recursos humanos para atendimento da pessoa portadora de deficiência;”. (BRASIL, 1999)

O pleno acesso a esses direitos básicos é de suma importância para que o papel do Estado na atenção aos surdos seja de forma eficaz e contínua. Como foi citado por Oliveira (2012), cada região tem suas próprias políticas de inclusão e condições de vida oferecida, basta tirá-las do papel e colocar em prática.

2.4 ACESSIBILIDADE: PROGRAMAS E AÇÕES PÚBLICAS

A **Central de Intérpretes de Libras de Brasília** localizada na Praça do Cidadão da Estação de Metrô da 114 Sul, foi criada para atender especificamente aos deficientes auditivos. A central disponibiliza cinco intérpretes, para acompanhar os surdos em locais como bancos, fóruns, hospitais, universidades, delegacias, consultórios médicos, reuniões, palestras, entre outros. Quando solicitada, também faz mediação entre a comunidade surda e os órgãos públicos do Distrito Federal. Seus serviços são gratuitos à comunidade surda, sendo necessário fazer agendamento prévio no site, por meio de webcam, solicitando o atendimento com pelo menos dois dias de antecedência, salvo em situações de emergência. (BRASIL, 2012)

O **Curso Conhecer Direito Acessível** é promovido pela Defensoria Pública do Distrito Federal por meio da Escola de Assistência Jurídica da Defensoria Pública (EASJUR) e outras parcerias. Surgiu em 2012, sendo oferecido de forma gratuita a alunos com deficiência auditiva da rede pública de ensino do Distrito Federal, em turmas bilíngues, com a presença de um intérprete de Libras. Esse projeto tem por objetivo promover a formação de jovens participativos e conscientes por meio do conhecimento jurídico básico. (DP-DF, 2013).

O **Plano Viver sem Limites** foi lançado em novembro de 2011 e estabelece metas a serem implantadas até o ano de 2014. O objetivo do plano é dar autonomia as PCD, eliminar barreiras e permitir a essas pessoas o pleno acesso aos seus direitos básicos. O plano contempla todos os tipos de deficiência, sendo as ações divididas em quatro eixos segmentados para cada tipo de deficiência. Esses eixos são: Acesso a educação, Atenção à saúde, Inclusão social e Acessibilidade. (BRASIL, 2013).

O **Projeto Cidade Acessível é Direito Humano** contempla medidas que garantam a efetiva acessibilidade e independência para as pessoas com e sem deficiência no que diz respeito aos espaços urbanos. Dentre as diversas ações do projeto são de interesse aos surdos

o acesso à informação e comunicação por meio de tecnologias e sistemas de comunicação e informação. (BRASIL, 2013).

3 METODOLOGIA

3.1 QUANTO A ABORDAGEM

Participaram dos estudos o total de cento e um (101) surdos, uma coordenadora da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Presidência da República (SNPD) e o presidente da Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos (APADA).

A escolha dos representantes do governo e dos surdos se deu por meio da representação do órgão em relação ao tema estudado com o uso do método qualitativo. A SNPD atua na articulação e coordenação das políticas públicas voltadas para as PCD estimulando para que todas as políticas públicas e os programas contemplem a promoção, a proteção e a defesa dos direitos da PCD.

A APADA é uma entidade civil, filantrópica, assistencial e educacional que tem por finalidade promover assistência social através de ações de inclusão e valorização da pessoa surda possibilitando sua inserção na sociedade de maneira justa e igualitária, eliminando o preconceito e as dificuldades enfrentadas nos diversos seguimentos sociais.

A pesquisa de campo com os surdos por meio da quantificação na coleta dos dados e análise probabilística dos resultados buscou avaliar o grau de satisfação desses usuários aos serviços públicos no que tange questões de acessibilidade, comunicação e barreiras existentes. (DIEHL e TATIM, 2004. pgs. 51 e 52).

3.2 QUANTO A TÉCNICA

Foi feita revisão bibliográfica dos textos publicados sobre a temática da deficiência geral e auditiva, a partir do conceito da acessibilidade, distinguindo-o de outros termos correlatos, como direitos básicos e acesso a informação. Por meio da pesquisa de levantamento foram solicitadas informações a um grupo significativo de indivíduos surdos, acerca do problema estudado.

As respostas foram obtidas mediante questionário escrito, por vezes traduzido em Libras pela autora ou com o auxílio de intérprete em alguns casos. O questionário online criado no Google Docs., foi repassado em redes sociais, onde, a autora procurou alternativas para que o mesmo obtivesse o avatar com tradução simultânea em Libras, no entanto, não foi possível. (DIEHL e TATIM, 2004. pgs, 58 e 60)

3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA

As técnicas de coleta de dados utilizadas tiveram como instrumentos, o uso de entrevista semiestruturada, submetida à análise de conteúdo, com o propósito de contar a frequência dos fenômenos e identificar a relação entre eles. (DIEHL e TATIM, 2004, pgs. 82 e 83). O questionário aos surdos obteve questões com respostas de múltipla escolha, relacionadas ao nível de satisfação dos surdos aos serviços públicos, para avaliar questões psicossociais, percepção quanto ao governo e barreiras existentes e o acesso a informação e emprego. (DIEHL e TATIM, 2004, pgs. 66 e 68).

3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA

O questionário escrito teve como sujeitos da amostra, pessoas surdas selecionadas de forma aleatória e por acessibilidade em ambientes frequentados por eles. De mesmo modo, o questionário online foi realizado de forma aleatória e não probabilístico enviado as Comunidades Surdas atuantes na questão da surdez da rede social Facebook. O universo da pesquisa teve como meta estimada pela autora o total de 100 questionários para população da amostra. O Quadro 01 especifica o detalhamento da amostra de acordo com os locais pesquisados e o quantitativo de resposta dos surdos.

Quadro 01: Detalhamento da amostra

Amostra: 101 questionários	
Locais	Quantidade
APADA	30 respostas
Rodoviária do Plano Piloto - DF	24 respostas
Universidade de Brasília (UnB)	03 respostas
Universidade Católica de Brasília (UCB)	02 respostas
Via Sacra de Surdos	10 respostas
Questionário online – Google Docs.	32 respostas

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir do questionário com os surdos e da análise de conteúdo das entrevistas com os gestores, foram delimitadas três categorias para análise dos resultados obtidos.

4.1 DADOS PSICOSSOCIAIS

A pesquisa comprova, segundo apontou dados do IBGE (2010), de que a surdez tem um percentual maior entre os homens de 56% para 44% de mulheres. Apesar de não ter sido proposital, foi importante ter o maior número de entrevistados com surdez profunda, por ser o nível de surdez mais crítico e que mais enfrente dificuldades no dia a dia, um total de 62% das respostas, 12% com surdez Leve, também 12% Moderada e 14% com surdez Severa.

A idade, escolaridade e renda familiar estão interligadas por meio da vertente da oportunidade de inserção e maior acesso as políticas públicas como citado por Oliveira (2012) e comprovado na pesquisa, de que a questão da deficiência está fortemente associada a pobreza resultando impactos políticos, econômicos, sociais e educacionais.

A pesquisa apontou que 36% dos entrevistados tem renda familiar de até 1 salário mínimo, destacando que outros 21% nem ao menos sabem a renda familiar por não contribuírem economicamente.

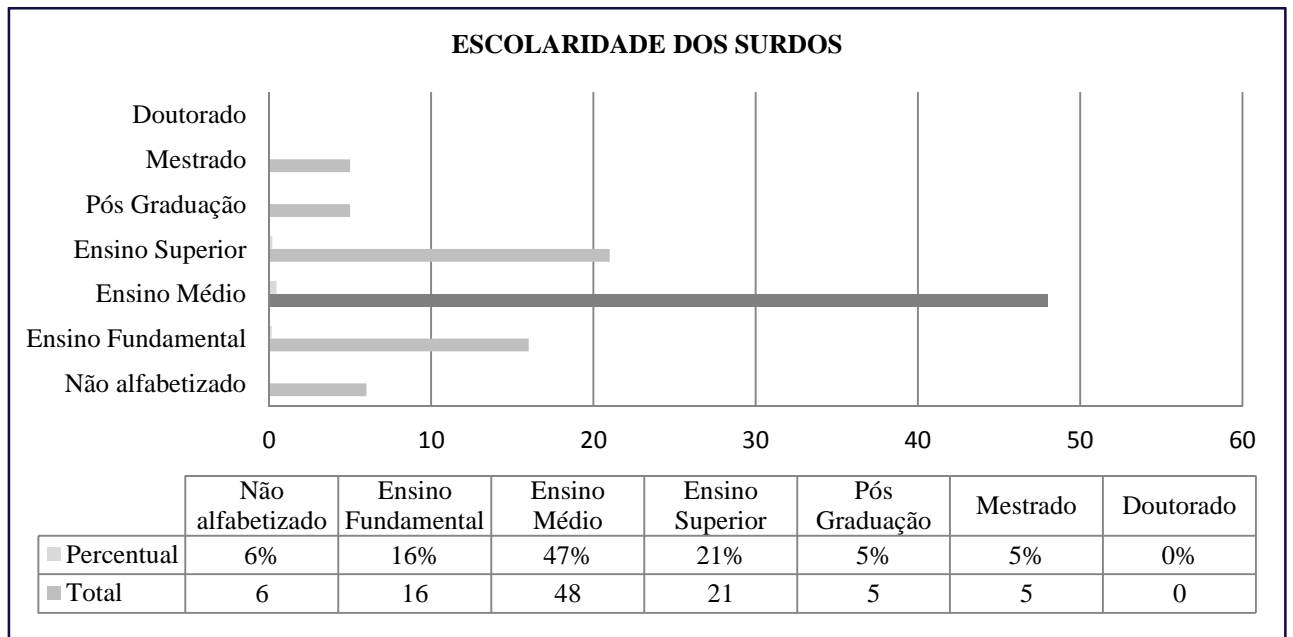
A coordenadora da SNPD destacou em seu depoimento a necessidade de mudar alguns paradigmas, principalmente da **invisibilidade**. Se pensar na história da humanidade, há 30 anos, a deficiência, não tinha a visibilidade que tem hoje, as PCD existiam nas famílias, mas não eram percebidas na sociedade. Esse despertar dos últimos 30 anos, ainda está em um processo de mudança de concepção.

Esse processo de mudança, citado pela coordenadora deve começar na escola, segundo ela afirma, hoje há muitas pessoas que falam outros idiomas como o inglês, francês, espanhol,

por que no processo escolar lhes foi cobrado. Hoje há uma sociedade que ainda não enxerga e não identifica a PCD, por que não foram devidamente informadas de processos de inserção desses deficientes na sociedade, na educação, no mercado de trabalho e nos espaços culturais – teatro, cinema, televisão, entre outros.

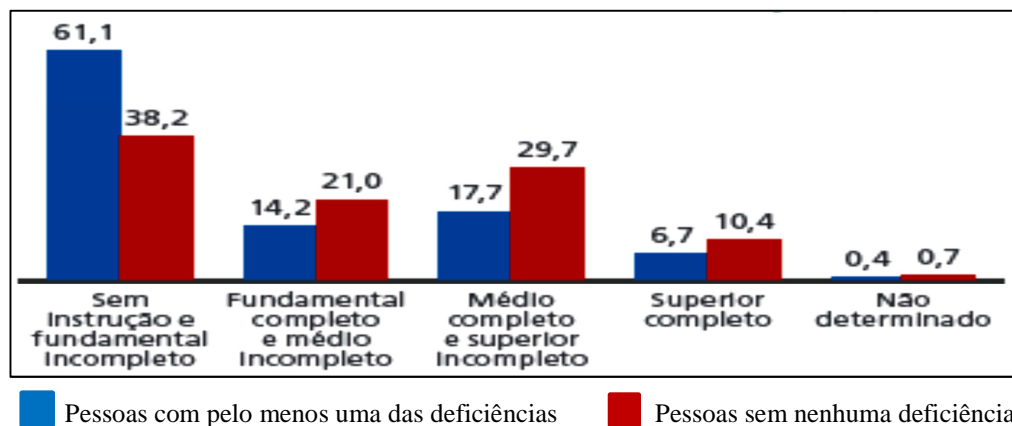
Esse parâmetro de 30 anos pôde ser observado na pesquisa em relação à média de idade de 38% entre 21 e 30 anos. Os jovens já começaram a ser inseridos nesse processo de mudança tiveram maiores oportunidade de estudo. Como observado no Gráfico 01 a relação da escolaridade dos entrevistados, a maioria já concluiu ou estão no Ensino Médio, entretanto, houve uma queda brusca no percentual com Ensino Superior, Pós-graduação e Mestrado, e nenhum registro no Doutorado.

Gráfico 01: Percentual de escolaridade dos surdos do Distrito Federal



A questão da queda no percentual de escolaridade atinge as deficiências de um modo geral, conforme demonstra a Figura 03, comparando o nível de instrução das Pessoas com deficiência em relação às Pessoas sem nenhuma deficiência.

Figura 03 – Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais de idade que tem, pelo menos, uma deficiência investigada e nível de instrução (%)



Fonte: Oliveira (2012)

Para compreender essa lacuna, o presidente da APADA esclareceu que a **evasão escolar dos surdos** se deve a obrigatoriedade em aprender em outra língua (português falado), não propiciando uma educação eficaz e funcional. Para ele, o modelo de educação ideal e mais indicado segue dois parâmetros diferentes. A Escola Bilíngue é ideal para os surdos sinalizados por ter Libras como língua de instrução. Para surdos oralizados, não usuários de Libras, pode ser a escola dita “inclusiva”, isso dependerá da identidade reconhecida pelo surdo em questão.

Contrariamente ao depoimento do presidente da APADA, a coordenadora da SNPD acredita na Educação Regular como ideal para todos os surdos, complementando com o seguinte depoimento: “esta é uma **cultura de convivência** que só traz riqueza e, para mim, tudo que é segmentado, que é separado, apartado não constrói, eu sei que é muito mais produtivo, que dá mais conforto as famílias e as pessoas surdas, mas tira muito a riqueza da convivência. Entre os prós e contras, com certeza a Escola Regular traz mais benefícios aos surdos”.

4.2 ANÁLISE PERSPECTIVA QUANTO AO GOVERNO E BARREIRAS EXISTENTES

O Referencial Teórico expõe diversas leis e normas que regulamentam o papel do Estado em eliminar barreiras na comunicação e tornar os espaços públicos adequados para acesso, ingresso e permanência das PCD.

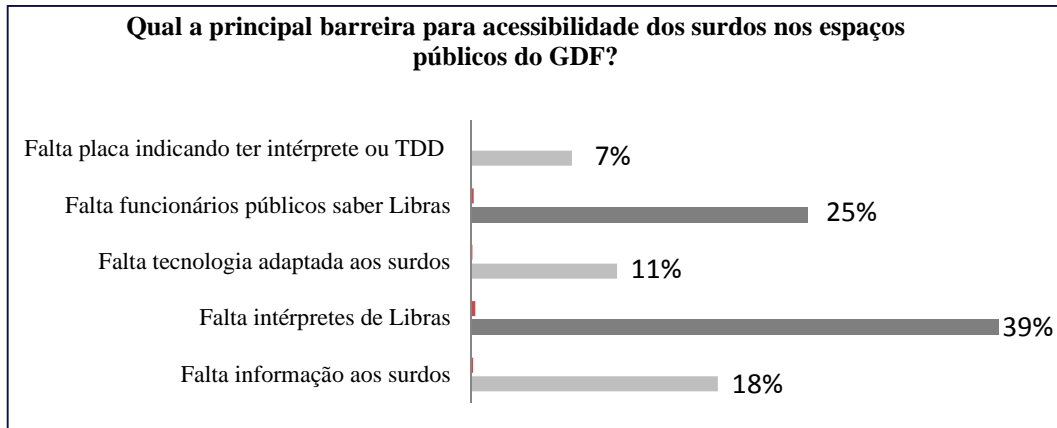
Os surdos ao serem questionados quanto ao papel do Estado em cumprir de fato essas leis que garantem seus direitos básicos, afirmam que concordam mais ou menos. Desse modo prevaleceu o meio termo com 38%, seguido de um percentual de 35% dos que não concordam que seus direitos tem sido prioridade do governo e 27% dos que concordam.

Confirmando a percepção dos surdos, a coordenadora da SNPD também afirma que apesar de ter vários espaços que já estão adequados com o mínimo de informação, de uma forma geral, essa não é uma realidade de todos os espaços públicos.

O presidente da APADA ressaltou que as barreiras encontradas pelos surdos, são de comunicação e que hoje apenas as Agências do “Na Hora-DF” apresentam condições de acessibilidade, ingresso e permanência do surdo. Os demais órgãos podem até oferecer alguma acessibilidade básica, mas não garantem sua permanência.

Quanto as barreiras para acessibilidade, na percepção dos surdos, o que se destacou foi a falta de intérpretes (39%) e a falta de agentes públicos qualificados para atendê-los em Libras (25%). As demais barreiras que impossibilitam a acessibilidade dos surdos nos espaços público do DF estão expostas abaixo no Gráfico 02.

Gráfico 02 – Barreira para a acessibilidade dos surdos em espaços públicos do Distrito Federal



Para a qualificação dos agentes públicos, a APADA oferece curso de capacitação em Libras à pessoa física e jurídica. O presidente da APADA confirma que alguns órgãos executam essa prática como o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e a Defensoria Pública do DF, mas essa não é uma prática de todos os órgãos.

De acordo com a coordenadora, a SNPD também oferece continuamente a todos os seus servidores, terceirizados e atendentes o curso básico de Libras. No entanto, nos demais órgãos é uma cobrança que a SNPD faz para que se tenha o conhecimento em Libras, pelo menos, nos atendimentos mais urgentes como na saúde e educação.

A questão do intérprete foi um ponto de destaque em todas as respostas relacionadas no questionário dos surdos. A maioria já solicitou os serviços da Central de Intérpretes (63%), onde 73% avaliam com um bom serviço, 24% avaliam como mais ou menos e 5% avaliam como ruim. Quanto ao lugar que é importante ter o intérprete, 69% confirmaram a importância de ter intérpretes em todos os lugares, 14% ressaltam o trabalho e 10% as escolas e universidades.

No Distrito Federal, a Central de Intérpretes disponibiliza o total de cinco intérpretes que se revezam para atender a demanda de surdos do DF. Visando suprir essa demanda, segundo o presidente da APADA, há um planejamento de expansão da Central para outras cinco regiões do DF, mais no momento não há nada concreto.

Conforme dados do Sindicato de Trabalhadores Intérpretes, Guias- intérprete e Tradutores da Língua Brasileira de Sinais (SINPROLS) disponibilizados na reportagem feita pelo Tribunal Superior do Trabalho (BRASIL, 2014), no DF possuem oficialmente 150 intérpretes, a maior parte deles, atuando na área da educação. Esse quantitativo é pouco, considerando que o DF possui mais de 104.000 surdos segundo o IBGE (2010).

Essa carência de intérpretes se dá pela desvalorização da profissão, baixos salários e por não ter o reconhecimento da sociedade. Apesar disso, essa é uma profissão nova no Brasil e a demanda por intérpretes tende a crescer nos próximos anos, se comparada quando a profissão foi regulamentada em 2010.

4.3 ANÁLISE DO ACESSO À INFORMAÇÃO E EMPREGO

Quanto ao acesso à informação, relacionadas aos programas e ações governamentais, a coordenadora da SNPD afirma, que o governo não tem por iniciativa fazer propaganda por meio da imprensa. A divulgação é feita pelo secretário da SNPD que visita os Estados que fazem adesão aos programas, como o Viver sem Limites. O secretário vai às prefeituras e chama a sociedade civil daquele lugar para divulgar os planos governamentais. Também usam o site da Secretaria de Direitos Humanos e suas redes sociais.

Em relação aos surdos, o meio pelo qual eles conhecem essas informações é na Associação de Surdos (27%), amigos (25%) e internet (14%). No entanto, 18% dos

entrevistados não conheciam nenhum dos programas e ações relacionados, sendo preocupante, pois, comprova que o método atual, utilizado pelo governo, de não divulgar suas ações na imprensa, ou por não ser mais representativo nas redes sociais, resulta no desconhecimento dos surdos e o não acesso a esses programas.

Por outro lado, esses dados reafirmam a importância das Associações de Surdos, em compartilhar essas informações de interesse e para o benefício dessas pessoas, visto que, em diversos casos, o único vínculo de alguns surdos é com a família e as associações que os acolhem. Dentre as ações descritas no Referencial Teórico, a que mais se destacou novamente foi a Central de Intérpretes de Brasília com 62%, os demais programas relacionados tiveram uma média entre 10% e 2% dos entrevistados.

A relação do acesso ao emprego revela outro dado preocupante, pois a média dos que trabalham (58%) com os que não trabalham (42%) é relativamente aproximada, ou seja, apesar da maioria está trabalhando, há um grande número de surdos fora do mercado de trabalho. A coordenadora da SNPD confirma esse dado de que o número de contratação de surdos é grande, por que normalmente eles têm o físico preservado e são “encaixados” em trabalho braçal.

Por outro lado ela afirma que em alguns segmentos, quando o trabalho é administrativo, tem a barreira da comunicação, e parece que se privilegiam os surdos oralizados. Isso é um conceito errado que se tem, de que o trabalhador tem que vir preparado para o espaço de trabalho. Se ele é surdo, que desenvolva algum mecanismo para que os demais o entendam. A SNPD luta para que os gestores entendam que, é o espaço de trabalho que precisa se adaptar as PCD.

Atualmente existem softwares de tecnologia assistida, que permitem a interpretação em Libras, facilitando a comunicação dos surdos com dos demais colaboradores. O uso desse tipo de mecanismo é bom, pois dispensa o uso de intérprete no ambiente de trabalho, sendo esse outro fator que dificulta a contratação, diz a coordenadora.

Ela conclui afirmando, que o ideal é que várias pessoas do ambiente de trabalho, saibam se comunicar com o surdo, pois o uso do intérprete deixa a percepção de que o surdo é dependente de uma terceira pessoa. O surdo não depende de ninguém, o intérprete é um facilitador. Então é o local que tem que disponibilizar o conhecimento e existem mecanismos para isso.

5 CONCLUSÃO

A partir desse estudo, percebe-se que é preciso quebrar os paradigmas da invisibilidade das PCDs, ouvindo e aprendendo com essas diferenças. Cada um tem sua visão própria do problema estudado, quanto às condições de acessibilidade, mas as respostas se alinham formando um perfil padrão dos surdos. Independente das diversas realidades é visível, que os surdos sofrem hoje, as consequências de um processo histórico de exclusão em todos os níveis sociais.

Os objetivos gerais e específicos identificaram, que hoje existem diversas políticas e ações públicas que beneficiam as PCDs em geral, todavia os casos específicos, como dos surdos, acabam por não contemplarem de modo efetivo. Por exemplo, quanto às barreiras existentes, são vistas as questões urbanistas e arquitetônicas, de mobilidade urbana, mas para o surdo que tem o físico preservado, suas barreiras são na comunicação, que influenciam diretamente questões educacionais, trabalhistas e culturais.

A princípio, a autora sofreu essa barreira na comunicação ao dialogar com os surdos e percebeu como a questão da escolaridade é importante para o desenvolvimento dessas pessoas e o uso de Libras, como instrumento de aprendizagem. Os surdos tem um método de

aprendizagem diferente dos ouvintes. Por conta disso, o questionário teve de passar por diversas alterações até chegar ao que seria uma leitura simples e objetiva para o entendimento de todos os níveis de escolaridade e surdez.

No convívio dos surdos, a autora foi presenteada com o batismo de sinal, recebendo um sinal em Libras, como identificação pessoal na Comunidade Surda. Para a construção desse artigo a autora não se limitou apenas a estudos bibliográficos, foi necessário ir a campo, conhecer de fato a realidade dos surdos, participar de eventos como a Via Sacra dos Surdos, congressos, grupos de debate sobre a Cultura Surda com alunos de Psicologia da UnB, observar as aulas de letramento dos surdos da APADA e conversar com eles para tentar entender seus conflitos e limitações no dia a dia.

Refletindo essas questões, é necessária uma política de intervenção mais agressiva, para mexer com a sociedade como um todo, abrindo os espaços públicos, desmascarando o preconceito, dando lugar, a uma política de respeito para com os deficientes. Quanto ao que foi pressuposto na introdução desse artigo, confirmou-se que o governo não tem cumprido com todas as leis e normas previstas para facilitar o dia a dia dos surdos, no entanto, esse é um processo que está em andamento.

Sugere-se para os próximos estudos, avaliar questões de saúde, como formas efetivas de combater as deficiências por meio da intervenção e prevenção precoce das doenças que acarretam diversos tipos de deficiências. Também seria interessante comparar questões de acessibilidade regional e em outros países, comparando os parâmetros de eficiência nos serviços prestados pelo governo as PCDs.

Conclui-se, portanto, que somente por meio da humanização da sociedade, integrando as PCDs, será possível inserir esses talentos no mercado de trabalho, na política, educação, nas relações humanas, trabalhando a questão da diversidade com um olhar crítico e de acolhimento, compreendendo que as Pessoas com Deficiência antes de tudo são PESSOAS, pais de família, filhos, crianças, adultos e idosos vítimas do isolamento e de uma sociedade preconceituosa.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15599**: Comunicação na prestação de serviços. 2008. Disponível em: <http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/ABNTNBR15599_2008Ed1.pdf> Acesso em: 14 out. 2013.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> Acesso em: 25 out. 2013.

_____. Lei nº 8.160, de 08 de janeiro de 1991-a. Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8160.htm> Acesso em: 20 out. 2013.

_____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991-b. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm> Acesso em: 04 maio 2014.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade

reduzida, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm> Acesso em: 25 set. 2013.

_____. Secretaria de Justiça do Distrito Federal (SEJUS). **Inclusão social na Central de Intérpretes de Libras de Brasília**. 2012. Disponível em:<<http://www.sejus.df.gov.br/component/k2/item/2056-inclus%C3%A3o-social-na-central-de-int%C3%A9rpretes-de-libras-de-bras%C3%ADlia.html>> Acesso em: 26 out. 2013.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Capacitação em Acessibilidade**. Disponível em:<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade/conteudo-para-capacitacao-em-acessibilidade>> Acesso em: 25 out. 2013.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Cidade Acessível é Direitos Humanos**. Disponível em:<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/cidade-acessivel>> Acesso em: 25 out. 2013.

_____. Defensoria Pública do Distrito Federal (DP-DF). **Conhecer Direito Acessível**. (ano desconhecido). Disponível em:<http://www.defensoria.df.gov.br/?page_id=10293> Acesso em: 25 out. 2013.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. **A profissão do intérprete de LIBRAS no Brasil**. Publicado em 12 de maio de 2014. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=sLu_fuXHp9Y> Acesso em: 18 maio 2014.

BRASILIA: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007)**. 4ed., ver. e atual, 2011.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2004. 168 p.

FERRAZ, Rafael de Araújo. **O Mundo Surdo: Passeata dos Surdos – luta e comemoração**. Recife-PE, Editora Arara Azul, 2009. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/cadernoacademico/MONOGRAFIA_Curso_Pos_graduacao_RAFEL_FERRAZ.pdf> Acesso em: 11 out. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Censo 2000. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27062003censo.shtm>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

_____. Censo 2010. Disponível em <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2125>> Acesso em: 05 jun. 2013.

_____. Censo 2010. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>> Acesso em: 28 out. 2013.

OLIVEIRA, Luiza Maria Borges. **Cartilha do Censo 2010 - Pessoas com Deficiência**. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. 32 p.

PERLIN, Gladis; MIRANDA, Wilson. **Surdos**: o narrar e a política. Estudos Surdos – Ponto de Vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos, Florianópolis, n. 5, UFSC/NUP/CED, 2003.

PRADO, Adriana Romeiro de Almeida. **Município acessível ao cidadão**. FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA–CEPAM. Unidade de Políticas Públicas - UPP. São Paulo, 2001, 276p.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010. 215 p.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2009. 134 p.